
RELATÓRIO ANUAL DE COMPROMISSO COM O VALOR PÚBLICO DE MINAS GERAIS

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
CICLO 2022



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

Ficha Técnica

SISTEMA ESTADUAL DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - SAPP-MG

Comitê Estadual de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (Cemap)

Marcel Dornas Beghini – Secretaria-Geral

Luísa Cardoso Barreto – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda – Controladoria Geral do Estado

Helger Marra Lopes – Fundação João Pinheiro

Paulo Sérgio Lacerda Beirão – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

Comitê Executivo de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas - (Comex)

Controladoria Geral do Estado

Eduardo Souza Batista | titular

Armando Noé Carvalho de Moura Júnior | suplente

Fundação João Pinheiro

Carla Bronzo Ladeira | titular

Carolina Proietti Imura | titular

Marcos Arcanjo de Assis | titular

Isabela Gontijo Tolentino | suplente

Juliana de Lucena Ruas Riani | suplente

Luis Felipe Zilli | suplente

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Felipe Magno Parreiras de Souza | titular

Camila Barbosa Neves | titular

Solimar Assis de Araújo | suplente

Túlio de Souza Gonzaga | suplente

Ficha Técnica - equipe de avaliadores

NÚCLEO INTEGRADO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO | NIMA-FJP

Alexandre Mário de Freitas
Alícia Maricel Oliveira Ramos
Ana Paula Salej Gomes
Carla Bronzo Ladeira
Carolina Portugal Gonçalves da Motta
Carolina Proietti Imura
Claudio Burian Wanderley
Danielle Ramos de Miranda Pereira
Helena Teixeira Magalhães Soares
Juliana de Lucena Ruas Riani
Karina Rabelo Leite Marinho
Luis Felipe Zilli do Nascimento
Marcos Antonio Nunes
Marcos Arcanjo Assis
Nelson Antônio Quadros Vieira Filho
Reinaldo Carvalho de Moraes
Renato Pereira Claus
Rodrigo Wagner Santos Ribeiro Filho
Rútila Maria Soares Gazzinelli Cruz
Tamiris Pires Maia
Victor Barcelos Ferreira

Estagiários

Bárbara Silva Passos
Christiana Rosa Ferreira
Lucas Daniel Oliveira dos Santos
Luiza Silva Martins
Matheus Gomes Mendonça Ferreira
Nathália Barbosa Souza e Silva
Tomás de Faria Balbino

Bolsistas

Ana Paula Nunes Silva
Iamila Maria Prado Resende
Joaquina Júlia Martins
Maíra Oliveira Miranda
Yago Evangelista Tavares de Souza

DIRETORIA CENTRAL DE AUDITORIA EM PROGRAMAS E GOVERNANÇA | CGE-MG

Armando Noé Carvalho de Moura Júnior
Carlos Humberto Ornelas Oliveira
Eduardo Souza Batista
Leonardo Vitorino de Melo

Sumário

- 5 Apresentação
- 6 Como chegamos até aqui? (Linha do Tempo)
- 7 Os tipos de Avaliação
- 8 Plano de Avaliação 2022 (Quadro síntese)

AVALIAÇÕES EX-POST

- 10 Bolsa Reciclagem
- 11 Minas Comunica II
- 12 Minas Amiga do Investidor
- 14 Fica Vivo!
- 15 Somos Todos Água

ASSESSORAMENTO

- 16 Trilhas de Futuro
- 17 Selo Prevenção
- 18 Planejamento Governamental e Agenda ODS
- 19 O que Minas Gerais ganha com este Relatório?

APRESENTAÇÃO

Este é o primeiro **Relatório Anual de Compromisso com o Valor Público** do governo de Minas Gerais. Previsto no **Decreto 48.298/2021**, o documento apresenta os principais resultados das avaliações realizadas no ciclo avaliativo 2022, no âmbito do **Sistema Estadual de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Minas Gerais – Sapp-MG**.


O estado de Minas Gerais é um dos estados pioneiros na institucionalização de um sistema para monitorar e avaliar suas ações e programas governamentais. O Sapp-MG tem o objetivo de qualificar a produção e gestão das políticas públicas do Estado, contribuindo especialmente para a melhoria da qualidade dos investimentos públicos mineiros.

O Relatório foi antecedido pelo **Plano Anual de Monitoramento e Avaliação 2022**, que estabeleceu os programas beneficiados pelos processos avaliativos, coordenados e conduzidos pelo Comitê Executivo do Sapp-MG. Ao todo, seis programas de diferentes órgãos estaduais foram avaliados:

- Programa Bolsa Reciclagem - Semad
- Programa Minas Comunica II - Seplag
- Programa Minas Amiga do Investidor - Sede
- Programa Rede Cuidar - Sedese (finalização prevista em 06/2023)
- Programa Fica Vivo! - Sejusp
- Programa Somos Todos Água - IGAM

Além dessas avaliações, em 2022, também foram realizadas ações de assessoramento em M&A em conjunto com equipes envolvidas no planejamento e gestão dos seguintes programas e iniciativa governamentais:

- Programa Trilhas de Futuro - SEE
- Programa Selo Prevenção - Sejusp
- Painel de Indicadores de monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - Seplag.

Os resultados dessas ações avaliativas e as **recomendações** para gestores e lideranças são apresentados em fichas sintéticas, contendo: breve descrição do programa (objetivos, *stakeholders* e principais informações), o tipo de avaliação e a metodologia utilizada (fontes e dados), bem como o desempenho do programa nas dimensões de análise (customizadas por programa), seus pontos positivos, pontos de aprimoramento e recomendações. O desempenho de cada dimensão também pode ser observado pelo ícone de medição  (onde vermelho significa desempenho *totalmente insatisfatório* e o verde escuro *totalmente satisfatório*).

Cada uma das avaliações possui **relatórios completos** e **sumários executivos**, onde se encontram informações mais detalhadas sobre o que foi realizado, o percurso metodológico adotado e outras conclusões mais aprofundadas, incluindo os **Mapas de Processos e Resultados (MaPR)** - recurso gráfico para visualização do desenho do programa, a partir de sua estrutura lógica. Tais relatórios podem ser acessados por meio do link disponível nas próprias ficha de avaliação de cada Programa.

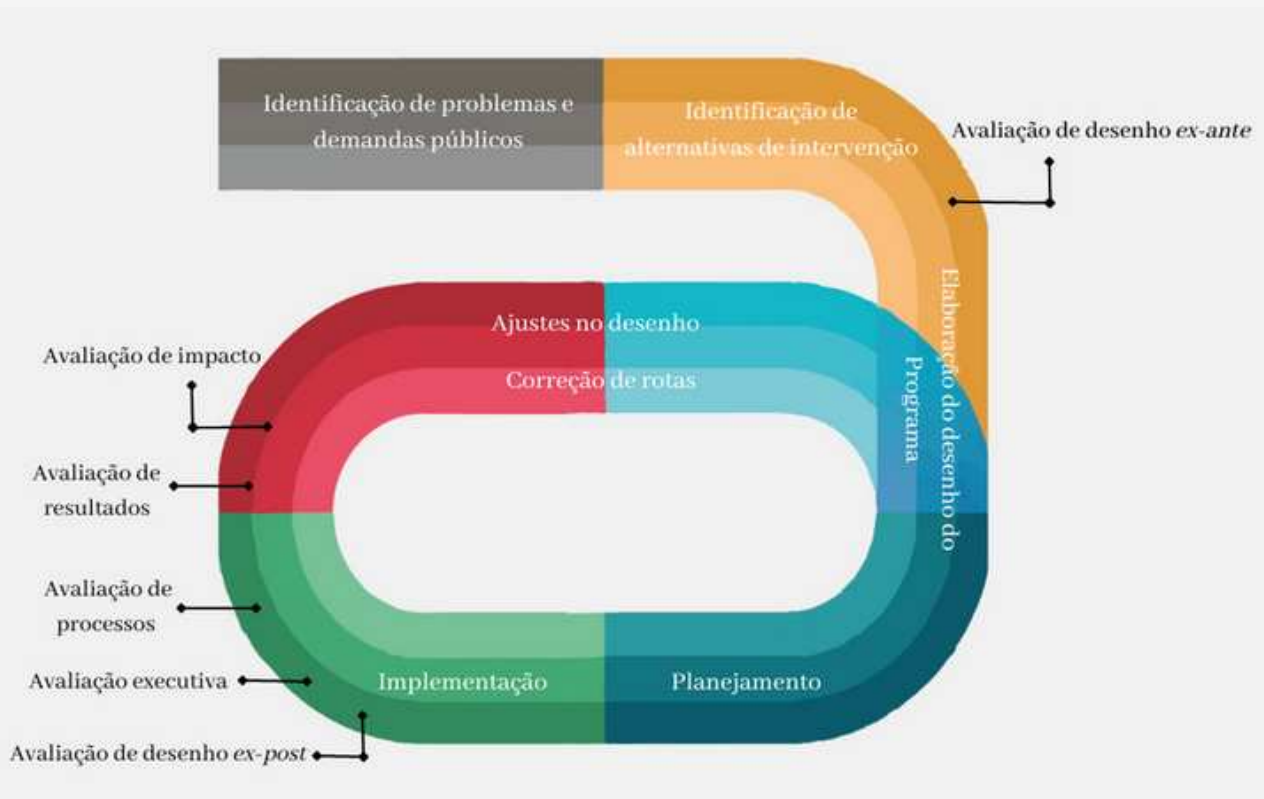
Espera-se que os resultados aqui apresentados sejam úteis aos debates e reflexões da alta liderança governamental e dos gestores e gestoras que formulam e implementam os programas estaduais, melhorando, assim, o desempenho e os rumos da estratégia de ação do governo de Minas Gerais.

COMO CHEGAMOS ATÉ AQUI?



TIPOS DE AVALIAÇÃO REALIZADAS

As ações avaliativas realizadas em 2022 seguiram diferentes enfoques e abordagens, gerando evidências e respostas sobre os programas envolvidos. Os tipos de avaliação realizados podem ser compreendidos a partir das fases do circuito de gestão dos programas públicos, conforme a figura e as definições a seguir:



Fonte: HENRIQUES, Ricardo; CARVALHO, Mirela; BITTAR, Mariana. Gestão na educação em larga escala: Jovem de Futuro: de projeto piloto em escolas para uma política de rede pública. São Paulo, SP: Instituto Unibanco, 2020 (adaptada).

- **Avaliação de resultados (ex-post):** avalia os efeitos mais imediatos gerados pelo programa nas condições de seus beneficiários e a eficácia no alcance dos objetivos previstos.
- **Avaliação de impacto (ex-post):** avalia em que medida as transformações nas condições dos beneficiários podem ser atribuídas exclusivamente à realização do programa.
- **Avaliação de desenho ex-post:** avalia a coerência entre o problema, os meios e os resultados implícitos no desenho de um programa já em fase de implementação.
- **Avaliação executiva (ex-post):** visualiza a estruturação geral e a execução de um programa governamental, apontando oportunidades de melhoria e riscos a serem monitorados.
- **Avaliação de desenho ex-ante:** avalia a coerência entre o problema, os meios e os resultados implícitos no desenho de um programa novo, ou aplica a lógica avaliativa para a elaboração inicial de seu desenho.
- **Assessoramento em M&A:** conjunto de ações de apoio e consultoria técnica para construir capacidades em Monitoramento e avaliação para o planejamento e gestão governamental..

Plano de Avaliação Ciclo 2022 | Quadro-síntese

Programa ou Ação	Órgão responsável	Objetivo	Tipo de avaliação	Responsável
Bolsa Reciclagem	Semad	Reintrodução de materiais recicláveis em processos produtivos	Resultados (<i>ex-post</i>)	FJP (coordenação e execução)
Minas Comunica II	Seplag	Garantir telefonia móvel a distritos dos municípios mineiros.	Impacto (<i>ex-post</i>)	FJP (coordenação e execução)
Minas Amiga do Investidor	Sede	Melhorar o ambiente de negócios do estado	Impacto (<i>ex-post</i>)	FJP (coordenação e execução)
Rede Cuidar	Sedese	Aprimorar a rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social – Suas	Resultados (<i>ex-post</i>) (prevista p/ 06/2023)	FJP (coordenação e execução)
Fica Vivo!	Sejusp	Prevenção e redução de homicídios dolosos de adolescentes e jovens de 12 a 24 anos	Desenho (<i>ex-post</i>)	FJP (coordenação e execução)
Somos Todos Água	Semad	Ampliar a segurança hídrica no estado	Avaliação Executiva (<i>ex-post</i>)	CGE (coordenação e execução)
Projeto Trilhas de Futuro	SEE	Cursos técnicos de formação profissional de forma gratuita.	Assessoramento	FJP (coordenação e execução)
Selo Prevenção	Sejusp	Fortalecimento de políticas municipais direcionadas à redução e prevenção à criminalidade e às violências locais	Desenho (<i>ex-ante</i>)	FJP (coordenação e execução)
Sistema de monitoramento dos ODS em Minas Gerais	Seplag	Definir estratégias integradas para o desenvolvimento sustentável	Assessoramento	FJP (coordenação e execução) / Observatórios das Secretarias estaduais (execução)
Assessoramento ao Ciclo de Revisão do PPAG 2023	Seplag	Colaborar para o aprimoramento do processo de planejamento governamental	Assessoramento	FJP (execução) Seplag (coordenação)



**Avaliações
ex-post**

Objetivo: Incentivo à reintrodução de materiais recicláveis em processos produtivos e inclusão social de catadores de materiais recicláveis por meio de transferência de recursos (bolsa)

Atores envolvidos

- Centro Mineiro de Referência em Resíduos (CMRR) - órgão executor
- Secretaria de Meio Amb. e Des. Sust. - Semad
- Fund. Est. do Meio Amb. - Feam
- Ministério Público
- Organizações de catadores

O programa em números

(2012 a 2022)

- 120 municípios
- 140 instituições contempladas
- R\$ 30 milhões repassados
- 357 mil toneladas de material reciclável coletadas
- R\$ 180 milhões de movimentação econômica






Perfil do público-alvo

- 160 organizações cadastradas
- 27% das organizações cadastradas na RMBH
- 1.962 catadores (as) cadastrados(as)
- Perfil heterogêneo de idade e sexo

Metodologia - Avaliação de Resultados-

- 16 entrevistas com a equipe do programa e atores envolvidos
- Registros e dados da equipe do programa
- Dados secundários (RAIS, MUNIC, Lei Robin Hood)

RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

Desempenho nas dimensões	Pontos positivos	Pontos de atenção
 DESENHO E PROCESSOS INTERNOS	<ul style="list-style-type: none"> • Programa pioneiro na promoção da reciclagem e apoio aos catadores no Brasil. • Possui uma organização-chave na interação com os catadores: o CMRR. • Produz dados robustos para diagnosticar a reciclagem no Estado. 	<ul style="list-style-type: none"> • O desenho atual reforça desigualdades entre organizações da RMBH e do interior do estado em função da presença de empresas e facilidades logísticas. • Com mais investimentos, o CMRR pode ampliar seu atendimento aos catadores, criando oportunidades econômicas, desenvolvendo projetos e promovendo capacitações.
 ORGANIZACIONAL	<ul style="list-style-type: none"> • Minas Gerais é o 2º maior estado em número de organizações de catadores formalizadas. • O programa estimula a formalização e a organização interna das associações gerando aumento da produtividade e diminuição da rotatividade de pessoal. 	<ul style="list-style-type: none"> • O valor médio mensal recebido pelos catadores é maior para os trabalhadores das organizações maiores e menor para os trabalhadores de organizações menores, o que reforça desigualdades entre regiões do estado e em um mesmo município.
 AMBIENTAL	<ul style="list-style-type: none"> • Ao longo da implementação do programa, o vidro foi o material com maior aumento na comercialização. • Em 2018, uma empresa aparista de vidro se instalou na RMBH, o que contribuiu para esse resultado. 	<ul style="list-style-type: none"> • O preço de venda dos materiais e do valor do frete são barreiras na reintrodução dos materiais no interior do Estado, o que pode desestimular o programa fora da RMBH. • O interior do Estado, principalmente nas regionais Montes Claros e Teófilo Otoni, ainda apresenta dificuldades para comercialização e, portanto, concentra maior volume de resíduos enviados a aterros e lixões.
 SOCIAL E ECONÔMICO	<ul style="list-style-type: none"> • Os recursos recebidos pelos catadores são utilizados na compra de bens de consumo. • A visibilidade social dos catadores também melhorou a partir da participação no programa (renda extra e participação social/associativismo). 	<ul style="list-style-type: none"> • Há diferenças no montante que cada catador recebe em função de dois fatores: sua própria produtividade e a produtividade de sua associação em relação às demais associações do Estado. • Por vezes, o programa fica pouco atrativo no interior do Estado e nas organizações que comercializam menor volume de material.
 PARCERIAS	<ul style="list-style-type: none"> • As prefeituras são as principais parceiras das organizações de catadores. Além da realização da coleta seletiva, fornecem apoio administrativo, de infraestrutura e assistência social às famílias dos catadores. 	<ul style="list-style-type: none"> • Há desigualdade no apoio dado pelas prefeituras e na capacidade de firmar parcerias com empresas do setor privado. As parcerias firmadas aumentam a produtividade dos catadores.

RECOMENDAÇÕES

Modificar o sistema de incentivo para melhor distribuir os resultados nas várias regiões do Estado. Ex: equação que combine uma cota fixa (mínima) atrelada a incrementos por produtividade

Realizar estudos mais aprofundados que permitam conhecer melhor o perfil dos(as) catadores (as) e das associações

Fortalecer instância de coordenação (CMRR) para impactos mais robustos na cadeia produtiva

Estimular a instalação de empresas em MG para fortalecer o mercado de reciclagem, principalmente nos municípios mais distantes da capital

Vincular a questão ambiental da reciclagem com a Agenda 2030 (ODS) e temáticas de ESG, ambas com potencial para atração de investimentos ao Estado

Aprimorar a atuação intersetorial entre órgãos estaduais que executam políticas com foco em resíduos sólidos e catadores (ex: FEAM, SEDESE e MPMG)

Objetivo: Fornecer sinal de telefonia celular para sedes de todos os distritos mineiros que não contavam com o serviço em 2014 (vinculação ao ODS 9 - Agenda 2030).

Atores envolvidos

- Secretaria de Planejamento e Gestão - Seplag
- Operadoras telefônicas
- Prefeituras municipais de MG

O programa em números

(2014 a 2020)

- 707 distritos atendidos
- 362 municípios contemplados
- 1,17 milhões pessoas beneficiadas
- R\$ 138,4 milhões investidos

Público-alvo

1,17 milhões de mineiros que ainda não contavam com o acesso a tecnologia de informação por residirem em áreas sem serviços de telefonia móvel.

Metodologia - Avaliação de Impacto -

- métodos quantitativos e qualitativos
- Informações e dados administrativos do programa
- Dados secundários (IBGE, Inep, Rais, IMRS, Seplag, Saeb, Censo Escolar)
- Entrevistas com atores estratégicos

RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

Desempenho nas dimensões	Pontos positivos	Pontos de atenção
 EFICÁCIA DO PROGRAMA	<ul style="list-style-type: none"> No fim do segundo ano de implementação do programa, 82% do total de distritos já contavam com sinal 3G. O programa teve êxito em alcançar os municípios que apresentavam também os piores indicadores socioeconômicos. Recebeu reconhecimento nacional e internacional (prêmios). 	<ul style="list-style-type: none"> Para além de alcançar os objetivos previstos, pode-se articular outras políticas públicas que, intersetorialmente, maximizem os efeitos positivos dos sinais de telefonia móvel disponibilizados à população mineira.
 POLÍTICO-ADMINISTRATIVA	<ul style="list-style-type: none"> O programa possibilitou melhor relacionamento entre os cidadãos e as diferentes políticas públicas existentes no território, considerando as facilidades de comunicação. 	<ul style="list-style-type: none"> O programa estimulou a criação de distritos, alterando as estruturas político-administrativas dos municípios para adesão. Este ponto foi alterado na edição seguinte do Programa, denominada Alô Minas. Entre 2014 e 2020, foram criados 147 distritos, 5,6 vezes mais do que entre 2007 e 2013. A criação de novos distritos é um resultado indireto e não previsto. Deve ser levado em consideração, já que implica em um custo substancial para as prefeituras de origem.
 DESEMPENHO ECONÔMICO	<ul style="list-style-type: none"> Os municípios atendidos pelo programa apresentaram crescimento adicional de 1 p.p. em seu rendimento médio formal em comparação àqueles não atendidos. Aumento de 0,2 p.p. na participação dos trabalhadores formais nos municípios. 	<ul style="list-style-type: none"> A falta de dados estratégicos disponíveis restringe a possibilidade de análise de impactos mais abrangentes. O programa não conta com uma base de dados ampla e suficiente que facilite o monitoramento e análises mais aprofundadas em relação a resultados e impactos.
 DESEMPENHO EDUCACIONAL	<ul style="list-style-type: none"> Novas tecnologias podem impactar positivamente o desempenho escolar dos estudantes locais. Não foi observado impacto positivo significativo na proficiência dos alunos nas provas do Saeb. 	<ul style="list-style-type: none"> A disponibilização de sinal de telefonia celular pode ser associada a estratégias pedagógicas que melhoram o desempenho escolar dos estudantes, a partir da utilização desta ferramenta.

RECOMENDAÇÕES

Utilizar o critério de agrupamentos populacionais que não possuem sinal de telefonia celular em substituição ao critério de sedes distritais, diminuindo o ônus às prefeituras municipais.

Potencializar o impacto do programa em articulação políticas públicas setoriais: educação, saúde, cultura, implementação de canais locais de e-government etc.

Criar bases de dados e uma política consistente de gestão de dados e informação, de modo a possibilitar monitoramento sistemático e avaliações mais robustas dos impactos dos programas

MINAS AMIGA DO INVESTIDOR

Relatório Final

GOVERNO

MINAS GERAIS
GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

Objetivo: Programa "guarda-chuva", que abriga outras ações de simplificação e melhoria do ambiente de negócios e do empreendedorismo no Estado, além da prospecção e do acompanhamento de investimentos de forma proativa, setorial e regionalizada.

O programa em números

(2020 a 2022)

Atores envolvidos

- Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Sede - órgão executor
- Invest Minas
- Fundação João Pinheiro - FJP

- 279 municípios com decreto de liberdade econômica publicado (até out. de 2022)
- 600 subsetores de atividade econômica dispensados de alvarás e licenças
- R\$ 271 bilhões em investimentos atraídos
- 638 atos públicos revogados, beneficiando os empreendedores em todo o Estado






Público-alvo

- Empreendedores e investidores de municípios mineiros
- Empresas mineiras de todos os portes

Metodologia -Avaliação de impacto-

- métodos quantitativos e qualitativos
- 10 entrevistas com a equipe da Sede e do Invest Minas
- Uso de dados do programa e dados secundários (Rais, Caged, ICMS, ISS, IPVA)

RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

Desempenho nas dimensões	Pontos positivos	Pontos de atenção
 AMBIENTE DE NEGÓCIOS	<ul style="list-style-type: none">Melhoria da imagem do Estado perante os investidores.	<ul style="list-style-type: none">As condições de infraestrutura estadual (água, energia, internet e estradas) podem interferir no estímulo para investir.
 ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS	<ul style="list-style-type: none">Capacidade de articulação do Invest Minas com os investidores potenciais.Aumento do montante de investimentos privados no Estado.	<ul style="list-style-type: none">Os setores de atividade econômica que recebem os investimentos podem ser diversificados.
 ADESÃO DOS MUNICÍPIOS	<ul style="list-style-type: none">Implementação de ações de desburocratização pelos municípios.Interesse de gestores municipais em se qualificarem para contribuir com ações de desenvolvimento local.	<ul style="list-style-type: none">Necessário incentivar e ampliar o treinamento dado aos agentes políticos municipais.A sensibilização de municípios de menor porte deve ser observada.
 DESENHO E PROCESSOS INTERNOS	<ul style="list-style-type: none">Boa interlocução entre os órgãos governamentais envolvidos no programa (Sefaz, Semad, Sede, Invest Minas, FJP e Cemig).	<ul style="list-style-type: none">Maior coordenação entre os diferentes setores e políticas públicas envolvidos no processo de desenvolvimento (infraestrutura, educação, entre outros).A otimização dos processos de concessão de licenças ambientais podem dar celeridade à instalação dos negócios.
 LIBERDADE ECONÔMICA	<ul style="list-style-type: none">Processos de abertura de empresas ficou mais ágil.Aumento do número de empregos e da arrecadação dos municípios adeptos da legislação de liberdade econômica.Participação da população na definição dos atos públicos a serem melhorados ou revogados.	<ul style="list-style-type: none">O processo de desburocratização ainda pode ser melhor aprimorado.

RECOMENDAÇÕES

Reavaliar o impacto do programa no futuro, após maior tempo de implementação.

Criar uma instância de monitoramento e coordenação, como um "Observatório dos Investimentos e Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais".

Implementar projetos de extensão universitária, utilizando a rede de ensino superior existente no Estado para gerar capilaridade ao programa.

Estimular a capacidade empreendedora do cidadão mineiro por meio de ações dirigidas e focalizadas.

Aumentar a qualidade da infraestrutura estadual, de forma a contribuir para a promoção da competitividade.

Objetivo: Prevenir e reduzir homicídios dolosos de adolescentes e jovens residentes em regiões vulneráveis.

Atores envolvidos

- Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp)
- Instituto Elo

O programa em números

- 26 Unidades de Prevenção à Criminalidade
- 10 municípios
- Média de 13.000 jovens e adolescentes atendidos mensalmente.

Perfil do público-alvo

- Adolescentes e jovens entre 12 e 24 anos, com trajetória de envolvimento com a criminalidade e residentes em territórios com altos índices de criminalidade

Metodologia
-Avaliação de desenho ex-post -

- Triangulação de fontes e técnicas de coleta de dados:
 - documentos do programa
 - 11 entrevistas com equipe do programas e outros atores estratégicos

RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

Desempenho nas dimensões

Pontos positivos

Pontos de atenção



MOTIVADORES E FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

- Programa pioneiro no contexto brasileiro.
- Proposto no contexto de emergência de um campo de estudos em segurança e criminalidade no Brasil.
- Organizou-se com base em diagnósticos e análise de dados confiáveis.
- A implementação seguiu recomendações de experiências similares, vinculando-se às especificidades dos territórios e às causas das ocorrências de crimes nessas localidades.

- O registro do desenho em documentos formais é um importante insumo para orientação de gestores e executores e para manutenção do programa no tempo, a despeito das mudanças de gestão.
- O desenho e as estratégias de implementação devem levar em consideração as características territoriais para o sucesso da intervenção (seleção e focalização).



MARCO CONCEITUAL E ANALÍTICO

- O programa leva em conta referenciais teóricos internacionalmente reconhecidos (Teoria da Desorganização Social e da Eficácia Coletiva)
- Elaboradores e gestores têm clareza em relação ao Marco Conceitual do Programa.
- Os objetivos estão bem definidos em torno do controle de homicídios em territórios.
- Os territórios e o público-alvo foram selecionados a partir de diagnósticos claros.
- A análise das ocorrências de homicídios foi utilizada para a formulação do problema.

- Referenciais teóricos podem colaborar para a concepção macro do programa e para a definição de estratégias e ações.
- Por sua transversalidade, deve-se atentar para a confusão com ações de outras políticas, como assistência social, mediação de conflitos etc.
- O aspecto territorial e suas dinâmicas criminais são fundamentais para um programa dessa natureza e devem se pautar nos diagnósticos e nos critérios de focalização.



PROCESSOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

- O acompanhamento das informações georreferenciadas sobre homicídios é realizado pela gestão e traz clareza sobre as ocorrências nos territórios de atuação e sobre a definição dos prioritários.
- A tomada de decisão incorpora dados de diferentes bases e órgãos.
- A natureza dos dados coletados e analisados são coerentes a critérios posteriores para avaliação de impacto.
- Indicadores são produzidos e a natureza dos dados coletados possibilitam futuras avaliações de impacto.

- O uso do conhecimento sobre o Programa pode impactar a tomada de decisão.
- Indicadores de resultados e impactos podem mensurar de forma mais objetiva a redução de homicídios.
- Os indicadores municipais de implementação do Programa podem ser mais aderentes a diversidade territorial, indo além de Belo Horizonte e sua Região Metropolitana.



ORGANIZAÇÕES E ATORES - POLÍTICA E GOVERNANÇA

- O homicídio como fenômeno multicausal definiu o contexto interinstitucional do Programa: identificação do ambiente político e institucional, encontros com parceiros e comunidades e criação de redes de proteção local com equipamentos públicos e comunitários.
- A alocação do Programa na Subsecretaria de Prevenção garantiu a definição de agendas, gestão única e recursos específicos no orçamento.

- A memória das reuniões pode ser resgatada e as atividades de governança e de parceria devem ser registradas.
- As diretrizes para a participação dos atores institucionais no desenho podem ser definidas, aumentando a clareza sobre suas responsabilidades.
- A aderência da atuação das instituições às características do Programa deve ser observada.

RECOMENDAÇÕES

Formalizar o desenho do Programa em um documento, considerando os achados desta avaliação e os 20 anos de implementação.

Aprimorar os registros sistemáticos das ações do programa ao longo de sua trajetória de implementação, o que pode ser útil para as próximas fases e para iniciativas semelhantes.

Refinar indicadores de processo, resultados e impactos para monitoramento e avaliação mais estratégicos

Realizar avaliações mais complexas, que verifiquem os impactos do programa, ampliando a sua referência nacional e internacional no campo da prevenção à criminalidade.

Objetivo: Programa Estratégico de Segurança Hídrica e Revitalização de Bacias Hidrográficas de Minas Gerais e tem o objetivo de ampliar a segurança hídrica no Estado de Minas Gerais.

Atores envolvidos

- Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam)
- Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)
- Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam)
- Instituto Estadual de Florestas (IEF)
- Agência Regional de Serviços de Abastecimento de Água e esgotamento Sanitário (Arsae)
- Sociedade Civil

O programa em números

- 853 municípios de Minas Gerais
- R\$ 6.640.000,00 investidos (Convênio Federal nº 906405/2020).






Público-alvo

- População do estado de Minas Gerais.

Metodologia
-Avaliação
executiva-

- Pesquisas exploratórias
- Análises de documentos

RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

Dimensões da avaliação	Processos	Pontos de atenção
 DESCRIÇÃO GERAL DO PROGRAMA	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação do escopo, dos objetivos e das normas jurídicas referentes ao Programa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ajustamento do Programa ao Projeto Paraopeba, a partir de diretrizes do Comitê Gestor Pró-Brumadinho. • Os objetivos, o escopo e a abrangência do Programa não estão definidos em normativo jurídico específico. • A conveniência da instituição de Conselho Deliberativo para o Programa deve ser observada.
 DIAGNÓSTICO DO PROBLEMA	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação do problema central, das causas e das consequências do Programa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Convergência e orientação das ações do Programa ao combate do problema central, de suas causas e consequências.
 DESENHO DO PROGRAMA	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento dos elementos relacionados aos componentes do Modelo Lógico do Programa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Convergência dos indicadores e metas aos elementos do Modelo Lógico do Programa.
 IMPLEMENTAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação dos riscos relacionados ao Programa, sendo estabelecida a classificação dos riscos a partir do apetite para os riscos dos gestores. 	<ul style="list-style-type: none"> • A Matriz de Riscos deve ser gerenciada ao longo da implementação, de modo a tratá-los, assumi-los ou evitá-los.
 GOVERNANÇA	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de Matriz de Governança para o Programa. 	<ul style="list-style-type: none"> • O Comitê Gestor previsto na Resolução Conjunta Semad/IEF/Feam/Igam/Arsae n.º 2.848, de 15 de outubro de 2019 ainda não foi instalado. • Ações para promover a transparência sobre o Programa podem ser aperfeiçoadas. • A sustentabilidade orçamentária e financeira do Programa deve ser observada pelos gestores.

RECOMENDAÇÕES

Avaliar eventuais ajustes no projeto-piloto Paraopeba a partir das definições estabelecidas pelo Comitê Gestor Pró-Brumadinho, responsável pela articulação dos órgãos e entidades do Governo do Estado de Minas Gerais.

Avaliar a conveniência e a oportunidade da instituição de um Conselho Deliberativo para o Programa.

Revisar o Modelo Lógico a partir da definição do Plano Mineiro de Segurança Hídrica (PMSH)

Elaborar um plano de ação específico para o tratamento dos riscos identificados, considerando o apetite do gestor do Programa para os riscos.

Adotar ações visando o fortalecimento da transparência relacionada ao Programa nos seus atos e/ou decisões.

Realizar estudos voltados para a sustentabilidade orçamentária e financeira do Programa a partir do estabelecimento do Plano Mineiro de Segurança Hídrica (PMSH)

The image features a white background with a large, dark red graphic on the right side. This graphic consists of three overlapping triangles pointing to the right. The triangles are outlined in dark red, and the rightmost one is filled with a solid dark red color. The word "Assessoramento" is written in a bold, white, sans-serif font across the middle of the red-filled triangle.

Assessoramento

TRILHAS DE FUTURO

Relatório Final

Sumário Executivo

GOVERNO

MINAS GERAIS
GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

Objetivo: Oferta gratuita de cursos técnicos e de qualificação profissional em instituições públicas e privadas aos estudantes e egressos do Ensino Médio.

Atores envolvidos

- Secretaria de Estado de Educação - SEE
- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese
- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - Sede
- Instituições públicas e privadas de educação
- Parceiros institucionais: Itaú Educação e Trabalho e Fundação Getúlio Vargas - FGV

O programa em números

- Criado em 2021
- 1ª edição: 75 mil vagas criadas em 50 cursos e em 110 municípios
- 2ª edição: 50 mil vagas
- Em 2022, 102 mil matrículas em 78 cursos, em 181 instituições em 123 municípios
- Investimento de R\$ 891.243.667 (2022)

Perfil do público-alvo

- Estudantes do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos (Ensino Médio)
- Jovens que concluíram o Ensino Médio

Metodologia -Assessoramento-

- Elaboração conjunta do marco lógico (desenho lógico do programa)
- Definição conjunta dos indicadores de monitoramento e avaliação
- Elaboração de editais para três diferentes avaliações do programa
- Interlocução e mediação técnica com as equipes das instituições parceiras

ASSESSORAMENTO GOVERNAMENTAL

Processos	Descrição
ELABORAÇÃO DO DESENHO LÓGICO DO PROGRAMA	Elaboração e descrição da cadeia lógica do programa a partir da metodologia do Mapa de Processos e Resultados (MaPR). O Mapa apresenta, de forma sintética, o contexto e as conexões lógicas entre as atividades, produtos e resultados e impactos que o programa pretende alcançar. É uma ferramenta importante para compreensão das estratégias e expectativas do programa, bem como é a base para o seu monitoramento e avaliação.
ELABORAÇÃO DO MAPA DE INDICADORES	Ferramenta que estabelece o conjunto de indicadores que irá subsidiar as atividades de monitoramento do programa. Utiliza como base a mesma estrutura do Mapa de Processos e Resultados. Os indicadores selecionados podem ser de atividades, produtos, resultados e de impactos do programa.
ELABORAÇÃO DO EDITAL 1	Participação desde a 1ª versão do edital para contratação de empresa que definirá parâmetros para a avaliação da qualidade das instituições públicas e privadas credenciadas no programa que ofertam educação profissional e técnica.
ELABORAÇÃO DO EDITAL 2	Colaboração técnica e elaboração de minuta de edital de avaliação de custo-benefício comparado, buscando responder: "Qual é a melhor alternativa em relação aos custos e benefícios gerados para programas de educação profissional?"
ELABORAÇÃO DO EDITAL 3	Conversas preliminares para edital de avaliação de impacto que objetiva verificar se o Trilhas de Futuro alcançou os impactos esperados, ou seja, apresentou capacidade de incrementar a empregabilidade e reduzir evasão escolar do público-alvo.

VANTAGENS DA ASSESSORIA GOVERNAMENTAL

Para o Trilhas de Futuro e SEE	Para o Governo
Clareza do desenho, processos, etapas, resultados e impactos esperados do programa (desenho lógico/Mapa de Processos e Resultados).	Fortalecimento da cultura de M&A do governo.
Maior controle e precisão dos processos avaliativos.	Minas Gerais como estado pioneiro na avaliação de qualidade dos cursos profissionalizantes.

RECOMENDAÇÕES

Fomentar a cultura de monitoramento e avaliação de programas de qualificação profissional, ampliando o conhecimento sobre as potencialidades e os desafios desses programas.

Fortalecer a governança intersetorial do programa (SEE - Sede - Sedese), de modo a otimizar os processos e resultados.

Objetivo: Incrementar a participação dos governos municipais de Minas Gerais na execução de políticas públicas de prevenção social à criminalidade.

Atores envolvidos

- Pesquisadores FJP/DPP
- Gestores e técnicos da Sejusp (subsecretaria de Prevenção à Criminalidade)

O assessoramento em números

- 30 encontros entre a equipe FJP e Sejusp (oficinas e reuniões quinzenais durante 15 meses)

Público-alvo

- Administrações municipais de MG

Metodologia -Avaliação de desenho ex ante-

- elaboração participativa do desenho do programa
- oficinas de discussão e validação
- uso de ferramentas de desenho de programas (MaPR e Marco Lógico)

RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

Processos	Descrição	Resultados
FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	<ul style="list-style-type: none"> • Definição e caracterização do fenômeno social a ser enfrentado pela política. • Identificação do problema, suas causas e consequências (elaboração da Árvore de Problemas). 	<ul style="list-style-type: none"> • Problema: baixa atuação dos governos municipais na execução e participação em políticas públicas de prevenção social à criminalidade. • Causas: baixos níveis de articulação da rede municipal para a prevenção da criminalidade, baixa participação social e mobilização comunitária no campo da segurança pública, baixa capacidade de gestão municipal no campo da segurança, desconhecimento da importância do uso da informação como evidência e embasamento técnico e dificuldade de acesso à informação sobre segurança. • Consequências: ações verticalizadas e pouco participativas; menor adesão da população nas ações desenvolvidas pelas instituições; políticas que não consideram especificidades de territórios e suas características; fragilidade na interpretação de fenômenos de violência e criminalidade.
CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA	<ul style="list-style-type: none"> • Definição dos objetivos do Programa associados aos problemas. • Elaboração do Quadro Lógico para identificar a relação entre problemas e objetivos. 	<p>Objetivos definidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • estabelecer ações de segurança pública de forma horizontal e participativa; • promover maior adesão da população nas ações de prevenção em segurança; • implementar políticas que considerem as especificidades de territórios e públicos; • fortalecer a leitura de fenômenos de violência e criminalidade que afetam públicos específicos; • gerar estruturas e tecnologias municipais que favoreçam a atuação em prevenção; • promover políticas municipais mais aderentes à prevenção social à criminalidade.
ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Definição das estratégias de intervenção do Programa (Árvore de Soluções). 	<ul style="list-style-type: none"> • Atividades de formação sobre a atuação das instituições no campo da prevenção social à criminalidade. • Articulação da rede municipal em prol da prevenção social à criminalidade. • Criação ou fortalecimento de fluxos e protocolos de atendimento e encaminhamento dos casos de violências. • Produção, utilização estratégica e disponibilização de informações de segurança pública nas políticas municipais. • Capacitação da gestão municipal para prevenção social à criminalidade.
MONITORAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> • Definição de indicadores para o desenho e monitoramento do Programa. • Entrega do Mapa de Processos e Resultados (MaPR) e do Mapa de Indicadores. 	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de atividades de formação sobre a atuação das instituições no campo da prevenção social à criminalidade. • Nº de ações para a criação ou fortalecimento de fluxos ou protocolos de atendimento e encaminhamento de casos de violência. • Nº e tipos de espaços de rede sobre prevenção social à violência e criminalidade criados.

VANTAGENS DA ASSESSORIA GOVERNAMENTAL

Para a Sejusp

Maior governança dos gestores sobre os processos e ações executadas e maior clareza sobre como a estratégia está articulada com os objetivos definidos.

Estabelecimento de indicadores de monitoramento que auxiliam na tomada de decisão e são instrumentos de apoio para uma futura avaliação de resultados do programa.

Para o Governo

Melhor informação sobre a gestão do programa e seus processos de implementação.

Fortalecimento da cultura de Monitoramento e Avaliação, especialmente no campo da segurança pública e prevenção à criminalidade.

RECOMENDAÇÕES

Realizar outros tipos de avaliação, como, por exemplo, avaliação de desenho ex-post ou avaliação de processos, após um período maior de implementação.

Realizar a análise de interessados do Programa e descrever as bases de dados que deverão contemplar os indicadores selecionados.

Realizar um pré-teste sobre a aplicabilidade dos indicadores selecionados, de modo a verificar sua capacidade avaliativa.

Desde 2019, a FJP realiza ações de formação, reflexão e práticas para o assessoramento à revisão anual do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG). É facultado aos programas e ações governamentais a vinculação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como estratégia de monitoramento. Em 2022, o assessoramento buscou fomentar uma melhor articulação e convergência entre os objetivos governamentais e a agenda global dos ODS.

Atores envolvidos

- Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - Seplag
- Fundação João Pinheiro - FJP

O assessoramento em números

- Executado anualmente desde 2019
- 10 ações formativas realizadas
- 1098 pessoas contempladas

Perfil do público-alvo

- Gestores públicos vinculados ao processo de elaboração e revisão do PPAG nos órgãos da administração direta e indireta.

Metodologia -Assessoramento-

- Benchmarking de experiências de monitoramento dos ODS no Brasil
- Mapeamento de indicadores dos ODS
- Construção de um painel de visualização dos ODS nos programas do PPAG
- Oficinas com gestores
- Análise dos ODS nos programas do PPAG

RESULTADOS DO ASSESSORAMENTO

Processos	Descrição	Resultados
BENCHMARKING	Levantamento de experiências de monitoramento dos ODS por governos e organizações da sociedade civil, de modo a mapear a existência de um ecossistema, oportunidades existentes e boas práticas para inspirar a iniciativa de MG.	<ul style="list-style-type: none"> • Existem 6 iniciativas relevantes de monitoramento dos ODS no Brasil. • Poucos governos monitoram os ODS. • Há iniciativas isoladas em governos subnacionais e esse vácuo é preenchido pela Sociedade Civil.
MAPEAMENTO DE INDICADORES	Mapeamento e análise dos principais indicadores vinculados aos ODS para o Brasil, a partir da plataforma do IBGE.	<ul style="list-style-type: none"> • Vários indicadores sobre os ODS podem ser calculados para os níveis estadual e municipal. • Os indicadores do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS - FJP) possuem um alto potencial de contribuição para compor a base de monitoramento dos ODS.
PAINEL DO PPAG	Construção de um painel para que servidores e sociedade civil possam acessar de forma responsiva os principais dados dos programas, incluindo os ODS a eles vinculados.	<ul style="list-style-type: none"> • A estrutura do painel já foi desenvolvida a partir dos dados disponíveis no PPAG. • É preciso avançar na definição de indicadores e na vinculação deles aos programas.
OFICINAS	Os gestores estaduais fizeram um exercício de reflexão sobre a relação e a convergência dos objetivos e das ações dos seus programas com a lista de ODS vinculados. Os resultados do exercício foram coletados em um questionário.	<ul style="list-style-type: none"> • 150 servidores presentes, o que demonstra o interesse do público na temática. • Poucas mudanças ou revisão do campo dos ODS no PPAG, mesmo após as oficinas, demonstrando a necessidade de outras intervenções.
ANÁLISE DO PPAG	Análise da vinculação dos programas com os ODS para identificar a adesão a Agenda 2030 no Estado e também a coerência com que essa vinculação é feita no PPAG.	<ul style="list-style-type: none"> • Paz, justiça e instituições eficazes (ODS 16) é o ODS com maior vinculação: 50 programas associados. • Igualdade de Gênero (ODS 5) é o objetivo menos contemplado, com três programas vinculados.

VANTAGENS DA ASSESSORIA GOVERNAMENTAL

Para o PPAG e Seplag	Para o Governo
<p>Maior conexão entre os objetivos e as estratégias de implementação dos Programas do PPAG, ampliando a capacidade de o planejamento gerar o valor público esperado.</p>	<p>Assessoramento como um potencial indutor da atuação intersetorial dos programas e das áreas governamentais</p>
<p>Maior responsividade e transparência sobre a promoção da Agenda 2030 pelo governo de Minas.</p>	<p>Minas Gerais como estado protagonista do desenvolvimento sustentável.</p>

RECOMENDAÇÕES

Estreitar laços do nível central com representantes setoriais (Assessores Estratégicos) para eventual redesenho dos programas e para definição de indicadores mais alinhados aos ODS.

Instituir um comitê de governança com os órgãos estaduais e a participação da sociedade civil de forma a estimular a adesão formal do Estado aos esforços globais da Agenda 2030.

O QUE MINAS GERAIS GANHA COM ESTE RELATÓRIO?

Em 2022, no primeiro ano de atuação do Sapp-MG, foram desenvolvidas nove (09) ações avaliativas com diversas secretarias e órgãos do Estado. Elas utilizaram diferentes metodologias, enfoques e responderam distintas perguntas sobre o desempenho dos programas beneficiados. O presente relatório sintetizou os principais resultados e recomendações, que, se colocadas em prática, poderão aprimorar o desenho, a gestão e os impactos futuros da ação governamental.

Os gestores e gestoras dos programas avaliados colaboraram com a definição das perguntas avaliativas e atuaram de forma mais ou menos participativa, a depender dos tipos de avaliação desenvolvidos. É pressuposto do SAPP-MG a confiança entre a equipe avaliadora e a equipe de gestão dos projetos, de modo que as ações avaliativas empreendidas sejam vistas como recursos de aprendizagem sobre os programas, e não como punição, fiscalização, controle ou auditoria.

O processo avaliativo sempre exige a sistematização de informações existentes sobre os programas, muitas vezes dispersas e fragmentadas. Com os produtos gerados pelas avaliações é possível organizar informações básicas sobre os programas, muitas vezes evidenciando a articulação entre objetivos, meios e resultados e, portanto, contribuir para a memória das ações desenvolvidas e para o aprendizado organizacional. Esse aprendizado, quando aplicado nas decisões e correções de rotas dos projetos, pode resultar na construção de capacidades em monitoramento e avaliação no ecossistema governamental e na tomada de decisão de forma estratégica.

O serviço público de Minas Gerais é referência nacional e internacional pela sua alta capacidade de gerenciar o Estado e produzir políticas públicas efetivas. Com o Sapp-MG implementado, o Estado dá mais um passo largo rumo a uma mudança de cultura organizacional perene e sustentável e, desse modo, possibilita que os gestores e gestoras públicas estaduais busquem evidências para aprimorar as políticas desenvolvidas, criando valor público para a sociedade.



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.